

Estudos brasileiros de cibercultura: vista sobre o estado da arte

*Francisco Rüdiger**

- André Lemos e Paulo Cunha (orgs.): Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

* Doutor em ciências sociais (USP) e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Olhares sobre a cibercultura é mostra representativa da linha de trabalhos que, nos últimos anos, vem desenvolvendo o GT “Sociedade tecnológica e Novas tecnologias de Comunicação” das reuniões anuais da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Proceder à leitura do volume nos permite saber mais a propósito de diversas facetas desse fenômeno emergente, a cibercultura, e, ao mesmo tempo, elaborar um conceito sobre os méritos e limitações, virtudes e vícios intelectuais da elite dos seus pesquisadores e pensadores no Brasil.

Varia em muito a matéria, visto os articulistas abordarem desde pontos conceituais, como os problemas da esfera pública virtual, da inteligência artificial e da ascensão da dromocracia, até estudos de casos, como os dos blogs, a cibermetização dos corpos e a cena da música eletrônica. Em linhas gerais e procurando fazer uma média, o resultado do volume parece-nos de bom nível, seja no tocante aos temas tratados, seja na propriedade das abordagens. Todos os textos são escritos com seriedade e revelam bom nível de informação.

Paula Sibília e Simone Pereira de Sá, enfrentando, por ordem, os temas dos blogs e da cena musical eletrônica, escrevem os trabalhos mais eruditos e documentados do volume. Simone Pereira de Sá procede a um esboço de mapeamento do campo da música eletrônica, seguindo as linhas de um projeto cujo objetivo é pensá-la em relação à tradição musical estabelecida no Brasil. Explicitando os pressupostos históricos e elementos típicos do fenômeno, ela lança as bases para um eventual trabalho posterior de descrição etnográfica, baseando-se na idéia de remediação defendida por Jay Bolter e Richard Grusin (p. 153-173).

Já Sibília lembra que seu assunto, embora novo pelo suporte, dimensões e sentido, pode ser pensado em relação às formas primevas que lhe dão um simulacro de paradigma cultural, histórico e sociológico. Relativamente aos blogs: “Não carece de interesse a comparação com as modalidades que podem ser consideradas seus ‘ancestrais’, de algum modo, pois elas proporcionam um pano de fundo contra o qual é mais fácil enxergar as inovações”.

Como ela nota através da recolha de exemplos e de comparações históricas, os diários íntimos eletrônicos não são íntimos (por isso o certo seria até evitar a legitimação teórica da expressão - sugeriríamos). “Convém aos pesquisadores se manter alerta e desconfiar dessas (supostas) permanências”. As práticas persistem apenas em aparência e, portanto, seus sentidos se alteram com a constelação histórica que as articula (p. 146).

Paulo Cunha e Suely Fragoso optam pelo estranho caminho que consiste em tentar iluminar fenômenos bem estudados por outras disciplinas com conceitos extraídos menos de outros ângulos do que de campos alheios aos em que aqueles se instituem, ou então que é o de empilhar argumentos

oriundos de diversas latitudes para defender o princípio de sociologia formal, isto é, sem proposição ética, política, histórica ou humana, segundo o qual não há um mas, antes, vários ciberespaços.

Pensamos que não é razoável projetar a teoria do imperialismo no território da física nuclear. Portanto, parece-nos esdrúxula a pretensão de que com categorias oriundas do design de espaços virtuais e da arquitetura de sistemas de informação se produza um esclarecimento sobre as relações internacionais e movimentos de distribuição da riqueza na era da globalização ciberespacial (p. 197-211).

Outrossim, pensamos que é um truísmo reconhecer que nada do que é humano é simples de analisar ou exclui o acréscimo de outros pontos de vista. Portanto, parece-nos pregação escolar acaciana a conclusão de estudo cujo sentido é mostrar que o ciberespaço é um terreno plural, complexo e dinâmico e que, “além das escalas mobilizadas neste texto, outros enquadramentos (ou inclusive os mesmos em outros instantes) revelarão novas imagens igualmente verdadeiras e verossímeis” (p. 212-231).

Erick Felinto examina competentemente o movimento do trans-humanismo com o objetivo de nos alertar para as ilusões místicas e fantasias arcaicas que se reproduzem nos extremos da tecnologia avançada (p. 24-36). Já Alex Primo relembra-nos em boa síntese os precários fundamentos experimentais e a insuficiência das premissas que norteiam o projeto de pesquisa da inteligência artificial (p. 37-56).

Os artigos referenciam o eixo em que se equilibra o conjunto de textos enfiado no volume. O principal mérito de ambos nos parece a pretensão de examinar o problema em foco com os meios adequados ao exigido pela matéria e de acordo com um bom senso informado criticamente. O problema é o sentido das proposições, visto não estar claro, positivamente, sobre que base teórica se assentam as análises, quais são seus pressupostos históricos e epistemológicos. Obviamente, isso não é culpa dos autores, se admitirmos que a cibercultura, em seu processo de imposição, é em si mesma uma agência de radicalização do modo fragmentado de ser e de pensar humanos consolidado no início do século XX.

Cremos, prosseguindo a leitura, que decepcionam os trabalhos dos pesquisadores mais consagrados presentes no volume, André Lemos e Eugênio Trivinho. Ambos são autores de obras não apenas relevantes mas meritórias sobre a cibercultura, ficando, por isso, aquém de seu potencial já demonstrado nas contribuições dadas ao texto aqui resenhado.

Eugênio Trivinho sucumbe em seu texto sobre o suposto caráter terrorista da democracia que imporiam as novas tecnologias de comunicação à verbosidade altissonante, mas despojada do sentido ético que tanto conferia dignidade moral e política a vários de seus belos trabalhos anteriores, como O Silêncio no prato e Contra a câmara escondida.

Na presente ocasião, a vontade muito apropriada e justa de fornecer demonstração teórica do problema da velocidade na cultura tecnológica contemporânea se encontra prejudicada pelo emprego de uma linguagem pomposa e esterilizante, no qual os problemas do mundo acabam mitificados e encobertos por uma retórica desenfreada à qual, se houvesse espaço, poder-se-ia repetir os termos da crítica de Marx a Proudhon (Miséria da Filosofia).

Autor do rico Ciberultura, tecnologia e vida social (Porto Alegre: Sulina, 2002), André Lemos pende para o lado oposto dos autores citados, ao apontar as características que, segundo ele, definem a ciberultura. Em poucas páginas, o pesquisador procura sintetizar não apenas o conceito da mesma, mas seu impacto nos campos da sociedade, da comunicação, da política, da arte, da linguagem e do urbanismo. Excelente verbete de enciclopédia não especializada, o texto se resente da falta de erudição que seria necessária para enfeixar bem os ensaios que lhe seguem e preenchem o resto do volume, visto o caráter e ambição que todos demonstram.

O problema maior, porém, não é nem mesmo a enunciação das “três leis da ciberultura” que encaminha seu desfecho, mas a própria conclusão do artigo, que expressa, a nosso ver, um defeito presente em quase todas as colaborações do volume. A saber, a observação trivial travestida de sabedoria teórica; a banalidade empacotada com o papelão da argúcia intelectual.

“Devemos assim estar aberto às potencialidades das tecnologias da ciberultura e atentos às negatividades da mesma” (p. 23), escreve André Lemos. Quem discordará, não sendo néscio? “O fenômeno ainda está em sua pré-história e esse objeto dinâmico se transformará com certeza” (idem). Alguém terá dúvida disso, não sendo desinformado? De resto, somos advertidos, como se fosse necessário, que, em sendo dinâmico, o fenômeno se “transformará” e que isso, também nos é dito, é uma “certeza” (idem).

Daí em diante, abundam esse tipo de juízos analíticos, triviais e redundantes.

Vinícius Pereira especula sobre o desenvolvimento combinado da mente e da comunicação a partir do pressupostos da filosofia da primeira, compondo texto que é, em forma, o retrato negativo do artigo de Alex Primo. Surpreende a conclusão (p. 93): “[Provavelmente] o cérebro humano ainda não esgotou as suas possibilidades. Com toda a certeza, suas atuais realizações estão muito abaixo das realizações possíveis”. Ora, sendo certo que é assim, então não é provável (no sentido de probabilidade) ou é (no sentido de podemos fazer prova) que suas possibilidades não estejam esgotadas. A ambigüidade ou confusão assim criada oculta a trivialidade da idéia e a banalidade do raciocínio, “grifado para os objetivos do texto”, como escreve seu autor.

Quem de sã consciência e o mínimo de informação contestará o juízo de acordo com o qual ainda não empregamos todo o potencial contido em nosso cérebro, um slogan convertido em bandeira dos manuais de auto-

ajuda e negociado barato no mercado de idéias há mais de um século? Quem diria McLuhan tem a ver com Lair Ribeiro, que por ato de vontade funda a neurolingüística nas estruturas do cérebro e, assim, corrobora a seu modo a redução do progresso das tecnologias de comunicação ao princípio do darwinismo neural (p. 104-110). Em função disso, certamente, terá de se convir, é perda de tempo justificar conceitualmente a afirmação de que “os computadores pensam [...] cada vez mais informações” (p. 110, grifo de Pereira).

Estamos na cultura da interface e não há mais tempo para isso (pensar), pronto!

Adiante, lê-se de quem explora com os meios da lógica formal os efeitos da interação dialética entre sujeito e objeto, corpo e ação criadora nas novas redes sociotécnicas a afirmação segundo a qual “em face de um objeto qualquer, é exterior aquilo que lhe é superficial, o que está em contato com o espaço que o cerca, ou está inteiramente localizado nesse espaço”. Afinal, “diante do mesmo objeto, [o] interior corresponde ao espaço compreendido por seus limites”, sendo “interior tudo o que se encontra dentro desses limites” (p. 125).

Coelho dos Santos pretende esclarecer assim, mediante enunciados analíticos, os exemplos bem coletados de como o corpo é modelado pela cultura maquinística atual e como “a dicotomia interioridade/exterioridade sofreu as conseqüências do acoplamento corpo/tecnologia” (p. 130). Ocorre que não apenas o raciocínio se funda em constelações reificadas, tornadas paradigmas da análise, como os exemplos carecem do bom senso crítico que evitaria sua aceitação imediata e ingênua.

Digital sexsations, relata o autor, oferece vibradores individuais conectáveis em rede e manipuláveis online. Cada parceiro regula maquinicamente os implantes que puseram em suas zonas erógenas “em função das instruções [que recebem do outro]” (p. 131). Assim sendo, aceitemos por hipótese, a pergunta que conviria fazer, porém, é por que ainda se precisa de um parceiro? Havendo ruptura histórica do princípio de sujeição (relação do “interno” com o “externo”), algo que duvidamos, qual é sua (da hipótese) relevância ética, moral, política e humana?

O próprio autor nutre essa suspeita, de que não há muito valor nisso que se está dizendo, salientando que há formas de sexo virtual “sem os embaraçantes intermediários dessa natureza”. Referindo-se aos chats dedicados à interação de sentido erótico, ele afirma que “seria equivocado duvidar da realidade dos relacionamentos cibersexuais”, porque “os corpos dos participantes passam por estados ou alterações de estados afetivos comensuráveis com aqueles experimentados nas relações em que os parceiros estão fisicamente juntos no ato” (p. 132).

Mas, sempre? Como saber...?

Pode-se admitir como hipótese reguladora, não empírica, que, quando o sentido da ação social é o mesmo, os estados afetivos virtuais dos agentes

são comensuráveis com os mais imediatos. Nesse caso, contudo, seria preciso reconhecer o caráter analítico e portanto histórico e sociologicamente trivial da proposição: enquanto forem tais, os corpos sempre estão passando por mudanças de estados afetivos; nesse plano, o formal, o beijo na boca e o beijo virtual têm o mesmo gosto, são equivalentes...

Questões como essas são o impensável de uma reflexão sobre a cibercultura que não consegue se distanciar crítica e reflexivamente de suas pressuposições, as da própria cibercultura, e que aparenta ufanar-se de seu almejado mas pouco lúcido vanguardismo intelectual.

Francisco Paulo Marques nos fornece um último exemplo do problema enfocado, um problema que, embora seja possível de tratar assim, não pretendemos documentar exaustivamente. O texto do autor lida com o conceito de esfera pública virtual. Afirma ele: “faz-se necessário que sempre nos policiemos no sentido de ressaltar as potencialidades dos fluxos de informação no ambiente virtual” (p. 192).

Porém, prossegue, “não é suficiente que as entidades (ou mesmo pessoas) apenas marquem presença na Internet: é necessário, sobretudo, saber utilizar as ferramentas oferecidas de forma correta, sempre se adequando às potencialidades e às necessidades de um determinado movimento social”. Por isso, conclui, “ainda é longo o caminho para percorrer até se desvendar o potencial da comunicação mediada por computador” (!) (p. 193).

228

Durma-se com essa prédica cheia de civismo óbvio e barato, conforme o qual nos é dito em tom de revelação sensacional e como se cidadania não exigisse responsabilidade e, por ventura tendo adquirido novidade, não precisasse de renovação: “a nova cidadania, concebida com a idéia de aldeia global, requer uma renovação da sociedade, chamando a atenção para a responsabilidade pública” ! (p. 191).

Repassando a matéria comentada, pode-se afirmar que são pertinentes e sugestivos os pontos de vista e assuntos trabalhados por nossos principais pesquisadores em cultura e novas tecnologias de comunicação. Porém, saltam ao olhar as banalidades de sociologia formal e os truísmos interpretativos neles presentes. Desejamos crer que esse problema intelectual não é só tal, tendo a ver com as próprias fundações históricas da cibercultura e com o fato de que todos nós, sejamos leigos ou pesquisadores de ponta, estamos nos tornando criaturas de uma época pouco propensa à reflexão orientada finalisticamente, qualquer que seja o ponto de vista, e incapaz de elaborar os meios para compor uma interpretação de conjunto sobre suas circunstâncias.